

DF. Corrupção ESCÂNDALO DAS FITAS

Com os prazos previstos no regimento interno, processo da Câmara Legislativa contra o deputado Odilon Aires por quebra de decoro parlamentar deve levar pelo menos cem dias. Penas são advertência, suspensão ou perda de mandato

Investigação demorada

Roberto Fonseca
Da equipe do **Correio**

Edilson Rodrigues

Um processo sem data para acabar. A conclusão de uma eventual investigação contra o deputado distrital Odilon Aires (PMDB), ex-secretário de Assuntos Fundiários, por quebra de decoro parlamentar, irá demorar pelo menos cem dias. Prazos regimentais, campanha política e a tentativa dos colegas de abafar a investigação devem empurrar o desfecho do caso para a próxima legislatura, que começa em 1º de janeiro de 2003.

O processo de apuração da denúncia na Câmara Legislativa será conduzido de acordo com o regimento interno. Odilon Aires tem até segunda-feira para entregar a defesa prévia, pedida pelo corregedor-geral da Câmara, João de Deus, na semana passada. Assim que recebê-la, o corregedor-geral terá até dez dias úteis para apresentar um relatório. Caso recomende a cassação do mandato, o processo será enviado à Mesa Diretora da Câmara Legislativa, à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Se for aberto, o processo por quebra de decoro contra Odilon Aires deve demorar pelo menos três meses. Assessores dos distritais avaliam que uma decisão sobre o caso só acontecerá provavelmente em fevereiro. "Temos de dar direito de ampla defesa ao acusado. Está na lei", afirma João de Deus.

A partir do momento em que a Comissão de Ética começar a investigar a denúncia, é impossível prever quando o processo terminará. Tudo dependerá da agilidade dos deputados. "Não podemos sentar em cima do processo. Temos que mostrar para a sociedade que a Câmara não é composta de ladrões, e sim de representantes legítimos do povo", explica João de Deus.

O corregedor-geral pedirá um estudo do caso à assessoria jurídica da Câmara. Ele quer saber como ficará a investigação contra Odilon, quando terminar a legislatura atual, em 31 de dezembro. "Mas posso adiantar que o processo será suspenso, caso o Odilon renuncie ao mandato", diz João de Deus.



JOÃO DE DEUS (D) REUNIU A COMISSÃO DE ÉTICA, NA MANHÃ DE ONTEM, PARA ASSISTIR AO VÍDEO: FITA MOSTRA ODILON AIRES DIZENDO A PEDRO PASSOS QUE RECEBEU SOMENTE 50 LOTES

ra diminuir os prazos", adianta.

João de Deus e os cinco membros da Comissão de Ética reuniram-se por 35 minutos, na manhã de ontem, para assistir à fita de vídeo divulgada pelo **Correio**, onde Aires aparece conversando com o candidato a distrital Pedro Passos (PSD). Na gravação, o deputado diz que recebeu 50 lotes para agilizar a aprovação do condomínio Alto da Boa Vista, a 5km de Sobradinho. Ele também diz que na Câmara "só tem ladrão".

Após a apresentação do vídeo, a deputada distrital Eurides Brito (PMDB) alertou os colegas sobre a gravidade das denúncias. "Vivemos um momento delicado, mas muito importante. Dependendo da forma como conduzir o trabalho de investigação, a Câmara poderá ter sua imagem resgatada." Em seguida, Wasny informou as próximas etapas previstas no regimento interno e encerrou a sessão. Procurado pelo **Correio** no seu gabinete e no comitê de campanha, o deputado Odilon Aires não retornou as ligações.

ENTENDA O CASO

■ A divulgação do vídeo em que Odilon Aires revela o esquema de propina para regularizar condomínio levou o corregedor-geral da Câmara Legislativa, João de Deus (PPB), a pedir explicações formais ao deputado.

■ O prazo para a defesa de Aires termina segunda-feira. A partir daí, João de Deus

(PPB) tem até dez dias para apresentar um relatório.

■ Odilon Aires está sujeito a três penas: advertência, censura e perda do mandato. Se João de Deus recomendar a cassação do mandato, o processo será enviado à Mesa Diretora e às Comissões de Ética e Decoro Parlamentar e de Constituição e Justiça (CCJ).

■ Recebida a representação, a Comissão de Ética indicará o relator do processo, por sorteio, e dará prazo de 30 dias para a defesa de Aires.

■ Depois, a Comissão tem até 60 dias para terminar as investigações. Em seguida, tem cinco sessões ordinárias para apresentar o parecer. Caso os deputados concluam pela

perda do mandato, o processo segue para a CCJ, que também tem cinco sessões ordinárias para analisar os aspectos constitucionais, legais e jurídicos da decisão.

■ Encerrado esse prazo, o pedido de cassação é lido no plenário e incluído na ordem do dia da sessão ordinária seguinte.

IMPUNIDADE

O presidente da Comissão de Ética da Câmara Legislativa, Wasny de Roure (PT), não acredita que o caso vá ficar impune. "O Odilon é réu confesso. E contra fatos não há argumentos", afirma. Para tentar agilizar a investigação, o petista pediu um estudo detalhado do regimento interno aos seus assessores. "Vamos tentar alternativas pa-

DEPUTADOS VÃO DEPOR

A promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) convocou os deputados distritais Gim Argello e Odilon Aires para prestar esclarecimentos sobre a fita gravada por Márcio Passos. Os promotores querem ouvir a versão dos deputados a respeito da conversa em que Odilon Aires diz a Pedro Passos que recebeu menos lotes do que Argello para apressar a regularização do condomínio Alto da Boa Vista. As notificações foram enviadas ontem, mas não fixam data para que os deputados compareçam ao Ministério Público. "Eles têm a prerrogativa de escolher quando falar", explica o promotor da Prourb, Alexandre Salles. O depoimento dos deputados faz parte das investigações do Ministério Público sobre o escândalo das fitas.